

GERALDO FORBES

"Fatalidade atroz que a mente esmagava", cantava o Condor, lamentando a escravidão negra. Maktub! É o nosso destino, conformam-se passivamente os brasileiros, vendo o desregramento político, econômico e social.

No Rio, instaura-se, sem qualquer oposição, o império dos marginais, construído com os tijolos da corrupção policial e da permissividade carioca, sobre os escombros da lei e da ordem. O acidente do dona Marta marca o enterro de uma sociedade defibrada. Que merece o Cabeludo.

Na Fazenda, estouram, contra fraca resistência, o déficit e a inflação sobre as ruínas da confiança e das intenções. Um descalabro de irritar o ministro Aníbal Teixeira, avaliem só vocês. (E vão seguir-se mortes entre os dirigentes de estatais, porque ser acusado de incompetência, por alguém da extraordinária dita do ministro, é caso para suicídio. Fulminante.)

No Planalto, repetem-se, sem qualquer pudor, e à custa do erário, as cenas de aliciamento explícito de apoio para a manutenção do sr. Sarney no poder, sobre os restos da vontade popular e do interesse nacional. Remonta-se, pela enésima vez, a pantomima dos cortes das despesas de Norte a Sul, em flagrante desrespeito à inteligência dos espectadores. Que não merecem o Bigodudo.

O sr. Bresser diz que déficit não causa inflação e cita o exemplo americano, esquecido de que lá a moeda é forte e cá a pataca, como a carne, é fraca. A nova teoria é que a inflação se deve ao desalinhamento dos preços. Pergunta-se: Quer dizer, então, que basta alinhá-los para matar a danada? E ri-se de mais essa tonteira. Seja como for, o fato é que, enquanto os economistas (esta praga que vem destruindo a nossa economia) se divertem na formulação ininterrupta de hipóteses cada vez mais pascácias e efêmeras, dona inflação segue galopando toda feliz. E o País regredindo, todo infeliz.

Os gênios da lâmpada peemedebista agora pregam que um pouco de inflação não faz mal a ninguém. Como, aliás, pimenta nos olhos dos outros, também. E é preciso muita cegueira para não se aperceber que, efetivamente, é a inflação, este injusto imposto direto, que mantém o grosso da população na mais negra miséria. Miséria sem esperança, miséria permanente e hereditária. Hoje, no Brasil, as massas parecem escravizadas a um destino de sofrimento.

E quem são os feitores deste novo sistema escravocrata? Óbvio que os donos do Estado, os políticos, os bu-

rocratas e os marajás, que se mantêm e cevam com os gastos públicos. Gastos estes que, queira o sr. Bresser ou não, são financiados pela inflação, retroalimentam a bruta e serrem, primordialmente, para manter inalterado o poder da oligarquia.

No último sábado, num comício em Lima, Vargas Llosa disse à multidão que a estatização conduz ao totalitarismo. Justo, e é por isto que aqui não passou de mera ilusão o fim do autoritarismo. Na verdade, mudaram-se apenas alguns atores, mas a peça continua a mesma e a submissão do bem-estar dos cidadãos, às necessidades do Estado insaciável, também segue inalterada.

A doença não é só nossa. Na Argentina, por exemplo, revelou-se que os déficits das empresas estatais, nos últimos dez anos, atingiram a espantosa cifra de 23 bilhões de dólares, metade de toda a sua dívida externa e mais de duas Itaipus. Tudo isso jogado fora, no ralo da ineficiência, no esgoto da corrupção, no buraco do empreguismo. Daí, para financiar o rombo, o que faz o Estado? Emite moeda, moeda falsa e inflacionária, que vai produzir a miséria dos mais fracos. Assim, nos anos 70, mais da metade das rendas governamentais vieram do imposto inflacionário, a chibata do feitor, que humilha e aniquila.

No Brasil, se for diferente, será ainda pior. Por isto, a lei Aurea, para a maioria do povo brasileiro, só virá como o fim do desperdício estatal. Entretanto, a própria reunião ministerial de outro dia comprova o absoluto fracasso do governo Sarney em enfrentar o problema. E o fracasso, por sua vez, comprova a incompetência e falta de empenho do falso presidente, tanto quanto a sua vontade de ficar no trono antecipa e assegura mais gastos, mais desperdício, mais inflação, mais miséria e mais servidão.

Não será a derrama dos novos impostos, já anunciados, que irá melhorar a situação. Ao contrário. Se quisermos uma sociedade realmente livre e democrática, temos de buscar é o desmonte da canga estatal, que nos junte e acabrunha. E temos de promover a remoção do entulho político, obsoleto e parasitário, que domina o Legislativo e o Executivo, encabeçado pelo sr. Sarney, protótipo do coronel clientelista, atrasado e sugador.

Acontece que esta mudança de costumes e de homens não se dará espontaneamente. E o impulso renovador só pode vir de nós mesmos.

Sabemos que a miséria não pode ser o fado de um país da riqueza do

nosso. E, igualmente, a servidão não será nunca o destino fatal de um povo que ama a liberdade. Não está escrito, em nenhum lugar, que temos de ser pobres.

Precisamos, porém, sair dessa moleza langorosa, pois é à sombra de nossa passividade que os Cabeludos e Bigodudos vão construindo o seu poder. E a nossa ruína.

Se a poesia de Castro Alves foi um instrumento precioso para acabar com a escravidão, hoje a sociedade já tem meios mais eficientes, embora menos líricos, de resolver os seus dramas.

O melhor e o mais direto de todos é o voto, tão temido pelos eventuais detentores do *Diário Oficial*, que fogem dele como o diabo da cruz.

Enquanto não recorrermos a ele, não esconjuraremos os nossos tormentos.

E outros poderão surgir. De golpe.

- Notas -

1. O anteprojeto do relator mudou muito pouco, apesar de toda a nossa grita, a questão da representação popular. O número de cadeiras (487) permanece o mesmo, o mínimo (8) por estado, também, e o máximo é ligeiramente aumentado para 80. Então São Paulo, de 15 milhões de eleitores, terá 80 deputados, e o Amazonas com 600 mil e o Acre com 140 mil eleitores terão oito deputados cada. Justo não é? E, principalmente, justo por ser o relator nascido naquelas paragens. Por aí, pela falsificação institucional, começa a servidão do cidadão. Vamos protestar.

2. O sr. Bernardo Cabral, o simpático e vaidoso boto amazonense que encantou o Congresso Constituinte, não descuidou dos seus, também nas disposições transitórias. Lá se prevêem plebiscitos para a criação de mais seis estados amazônicos (viva o déficit) e se mantém, com letras de ferro e fogo, a Zona Franca de Manaus. Isto é que é uma Constituição inovadora — defende até o contrabando. A caravela deste Cabral anda com motor importado.

3. E falando de zonas francas e em déficit público, está o governo agora, ao mesmo tempo em que anuncia novos impostos, criando outras zonas de livre descaminho no querido Nordeste do sr. Sarney. Aqui, mais taxaço; lá, mais prevaricação. E não é dizer que o presidente não conheça o problema, pois, antes, já foi ele diretor-despachante de galhos fiscais de uma notória indústria de Manaus. Nada como conhecer pessoalmente e bem a fundo os benefícios do sistema. Delendo Sarney.